

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O governo apresentou recentemente o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF) para 2017 e desde então as críticas por parte das diversas corporações de bombeiros não cessam de aumentar.

Ao longo dos últimos anos, os bombeiros voluntários e municipais que integraram este dispositivo desempenharam um papel fundamental e decisivo na defesa do nosso país. Surgem hoje na comunicação social, em particular no jornal Público, sinais preocupantes de descontentamento das corporações de bombeiros relativamente ao comportamento da tutela e à forma como o dispositivo e respectivos equipamentos estão a ser preparados para a época de fogos que se avizinha.

Situações de boicote são sempre preocupantes e ainda para mais em situações de segurança e proteção civil. Chegar a este ponto significa uma situação de ruptura que deve merecer a nossa especial preocupação. Os problemas são muitos e de natureza diversa.

Um dos problemas prende-se com as dúvidas existentes na taxação de remunerações, subsídios ou compensações aos bombeiros durante o período do DECIF, onde aparentemente as mais recentes declarações do Secretário de Estado da Administração Interna não correspondem ao que está previsto na lei e em particular no código do IRS o que tem alarmado as corporações de bombeiros.

Como saberá, estes bombeiros recebem um valor simbólico de 1,89 euros por hora em que integram este dispositivo. Saliento que muitos deles têm outras profissões e ocupações e fazem essencialmente este trabalho de difícil, exigente e de elevado risco a apenas e só por dever e compromisso cívico.

Os bombeiros envolvidos no DECIF, e apenas durante o período temporal em que este vigora, têm estado isentos de pagar IRS sobre as compensações, subsídios ou gratificações recebidas ao longo do período crítico de combate a incêndios. Até ao momento, mesmo após a apresentação do DECIF 2017 e com o período prestes a iniciar-se, muitas dúvidas surgem aos bombeiros acerca da isenção de pagamento de IRS relativamente a estas verbas.

Ao contrário do referido, de forma lamentável e condenável, pelo senhor Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, um foco de conflito e desrespeito permanente para com milhares de bombeiros portugueses, os elementos envolvidos nesta operação não recebem

1350 euros por mês. Isto apenas seria verdade se um bombeiro desempenhasse funções 24 horas por dia nos 31 dias do mês de agosto, o que não é verdade, verosímil ou humanamente possível e que apenas revela a pouca seriedade do senhor Secretário de Estado a abordar este assunto. Caso existam situações desta índole, tal deve ser imediatamente corrigido. Ficamos com a sensação que esta manipulação dos números apenas pretende deturpar a imagem que os portugueses têm de tão nobre classe com os nossos bombeiros.

Acrescenta-se a esta preocupação, as posições públicas manifestadas pela Federação de Bombeiros do Distrito de Setúbal e do Distrito de Lisboa que vieram a público alertar o governo e o país para a escassez de meios de combate e de equipamento e de um profundo sub-financiamento para assegurar um eficaz combate aos incêndios durante este ano. Vários concelhos do país, com um risco de incêndio em 2017 superior ao de 2016, tem uma previsão de financiamento em 2017 inferior a 2016.

Tendo em conta o disposto no artigo 156º, alínea d), da Constituição da República Portuguesa e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente, o artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, cujo nº 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta,

O(a)s Deputado(a)s do PSD, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer a S.Exa. a Ministra da Administração Interna, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas à seguinte pergunta:

1 – Prevê o governo desenvolver alguma iniciativa para esclarecer ou isentar os bombeiros do pagamento de IRS relativamente aos subsídios, compensações e gratificações recebidos no período do DECIF 2017?

2 – Considera o governo possível, aconselhável ou verosímil que algum bombeiro participe no DECIF durante 30 dias consecutivos, sem folgas ou períodos de descanso auferindo assim um rendimento de 1350 euros tal como referido pelo senhor Secretário de Estado da Administração Interna? Quantos elementos estiveram nesta situação no DECIF 2016? E quantos estarão em 2017? Em que estudo se baseou esta acusação do Secretário de Estado da Administração Interna?

3 - Consegue o governo garantir que o equipamento disponível e o financiamento previsto para o DECIF 2017 são adequados às ameaças previstas de acordo com o nível de risco projectado?

4 - Tem o governo condições para garantir que os grupos pré-formatados no DECIF, os Grupos de Ataque Ampliados - GRUATA, anunciadas pelo Secretário de Estado da Administração Interna e que fazem combate a incêndios fora dos seus distritos, nos incêndios de maiores dimensões, estão já protocolados e assegurados junto das diversas corporações de bombeiros? Se sim, quais existirão, com que meios e que corporações as integrarão?

Palácio de São Bento, terça-feira, 23 de Maio de 2017

Deputado(a)s

NUNO SERRA(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

MAURÍCIO MARQUES(PSD)

ANTÓNIO LEITÃO AMARO(PSD)

CARLOS ABREU AMORIM(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

Deputado(a)s

BRUNO COIMBRA(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

NILZA DE SENA(PSD)

ÁLVARO BATISTA(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

JOSÉ CARLOS BARROS(PSD)

EMÍLIA SANTOS(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

LUÍS VALES(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

MARGARIDA MANO(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

ISAURA PEDRO(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

SÉRGIO AZEVEDO(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

SANDRA PEREIRA(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

FELICIANO BARREIRAS DUARTE(PSD)

CARLOS COSTA NEVES(PSD)

INÊS DOMINGOS(PSD)

REGINA BASTOS(PSD)

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

ULISSES PEREIRA(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

JOSÉ ANTÓNIO SILVA(PSD)

MARIA DAS MERCÊS BORGES(PSD)

JOSÉ PEDRO AGUIAR BRANCO(PSD)

Deputado(a)s

LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)

PEDRO DO Ó RAMOS(PSD)

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

MIGUEL MORGADO(PSD)

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)